

FORMAÇÃO DOCENTE: AS FACETAS DO MESMO PROCESSO DE FORMAÇÃO.

Claudia Tavares Santos¹

Marileuda Fernandes Nascimento Santos²

Anne Rocha Silva³

Maria Aparecida de Oliveira Fontes⁴

GT- Eixo III - Educação e trabalho docente: formação, remuneração, carreira e condições de trabalho; práticas de iniciação à docência.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo conhecer a história do Curso de Pedagogia no Brasil no processo de Formação docente, percorrendo as bases históricas, caminhos e avanços investigativos que comprovem se realmente, de fato, acontece à formação docente nas Universidades brasileiras, tendo como objeto de Estudo a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), baseando-se nos Parâmetros das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia Arts. 1º e 2º que institui a licenciatura, definindo princípios, condições de aprendizagem, procedimentos a serem observado através do seu planejamento e avaliação, pelos órgãos dos sistemas de ensino e pelas instituições de educação superior do país, nos Pareceres CNE/CP nos 5/2005 e 3/2006 e da formação inicial para o exercício da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, e em cursos de Educação Profissional na área serviços e apoio

¹ Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia- UESB/Itapetinga. Email- clautavarespedagoga37@gmail.com

² Graduanda em Pedagogia – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia- UESB/Itapetinga. Email: ana.fernandes3473@gmail.com

³ Graduanda em Pedagogia – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia- UESB/Itapetinga. Email: Leticiaavitoria65@hotmail.com

⁴ Graduada em Pedagogia – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia- UESB/Itapetinga. Email: Cidanicolaj.c@hotmail.com

escolar, já previsto conhecimentos pedagógicos. Para tanto, foi constituído um levantamento teórico, tendo por suporte os postulados de Tauniri (2000), BRZEZINSKI (1996), Silva (2006), Nóvoa (1995), Ibernón (2006), Verena Alberti (1989), Paul Thompson (1992) Buss (2008) Saviani (2007) e Libaneo (2007) os quais defendem a idéia que a formação permanente do professor é entendida como elemento de mudança das práticas pedagógicas. Logo o trabalho aborda de forma sucinta sobre o discente em sua formação acadêmica científica, profissionalização, e construção continua da identidade de pedagogo, bem como a definição do plano de carreira.

PALAVRAS- CHAVE: Formação Docente; Pedagogia; Ensino Superior Público.

INTRODUÇÃO

O processo de formação do pedagogo trás consigo muitas indagações, desde o seu ingresso no curso, o entender os planos de curso de cada disciplina, os trabalhos acadêmicos, plano de carreira do referido curso, as bases históricas, as suas leis de regulamentação e apoio ao discente através das LDBs, até a formação através dos estágios remunerados ou não. Diante disso temos como objetivo deste trabalho compreender e descrever qual a real e atual situação do curso de pedagogia no contexto do Ensino Superior brasileiro, definido pela pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos adquiridos através da investigação científica e da práxis educativa em sala de aula. Para assimilação desta realidade foi realizado neste trabalho um breve histórico do curso no país a partir do século XIX com a oferta do curso técnico nas escolas normais e do curso superior em bacharel ou Licenciatura em pedagogia, aos dias atuais com a reformulação do curso que abrange as áreas de ensino pesquisa e extensão.

Nas bases legislativas das Políticas Públicas o curso de pedagogia descrito pela Lei de Diretrizes Curriculares Nacionais CNE/CP nos 5/2005 e 3/2006 implicam no sucesso dos estudantes em formação acadêmica e profissional, bem como do conhecimento da escola como organização complexa que tem a função de promover a educação para a cidadania; a pesquisa a análise e a investigação de interesse da área educacional e a participação na gestão de processos educativos e na organização e funcionamento de sistemas e instituições de ensino. Partindo assim do pressuposto da

configuração do contexto em que se encontra o debate das diretrizes curriculares, quais as alterações que sofreram até hoje nesse grau de ensino. Portanto, ela garante todo o aparato necessário para a sua formação? Garantindo assim a qualidade ou não do professor.

Foi feito levantamento bibliográfico sobre o processo de legitimação e afirmação da identidade do profissional da educação e a construção da docência como pilar básico para a sua formação, ou seja, o seu plano de carreira, referendando se de fato o discente sai preparado para o mercado de trabalho ou não, sobre os conhecimentos científicos propícios para a formação didática/pedagógico e científica do pedagogo. Por isso este artigo foi organizado parte por levantamento bibliográfico e ao final por apenas uma entrevista com um profissional, Coordenador do colegiado do Curso de Pedagogia da UESB- Campus Itapetinga abordando sobre o curso quanto à qualidade e os avanços durante todo o processo de ensino até os dias atuais. Pois a coleta de dados nem sempre é fácil, a secretaria e professores da rede nem sempre encontra tempo e disposição para receber o aluno da graduação. Será destacada a importância da entrevista para a coleta de dados, pois explanaremos sobre a qualidade do Ensino Superior Público em nosso Município, e por fim destaque para as Diretrizes e bases da educação sobre o referido curso.

UM BREVE RELATO HISTÓRICO SOBRE O CURSO DE PEDAGOGIA NO BRASIL

No final do século XIX até 1930, no Brasil, os professores eram formados pela Escola Normal, (BRZEZINSKI, 1996). Na década de 1930 a figura Escola Normal vai sendo substituída pelos Institutos de Educação nos quais, segundo Tanuri (2000), [...] O profissional da área de educação precisava da formação do professor primário, tudo acontecia num percurso de dois anos e contemplava as disciplinas tradicionalmente conhecidas como Fundamentos e Metodologias de Ensino.

O setor responsável era o Instituto de Educação, o curso a Priori contemplava e oferecia também cursos de especialização, aperfeiçoamento, extensão e extraordinários. Assim era o modelo inspirador para a criação do curso de Pedagogia no conjunto da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras no nosso país, o objetivo principal era a formação de professores para do ensino secundário. Para tanto o curso

de Pedagogia tinha entre outros objetivos iniciais a formação de professores para a Escola Normal e os Institutos de Educação no Brasil, assim nascia às primeiras Escolas Normais no Brasil.

NASCE NO BRASIL O CURSO SUPERIOR DE PEDAGOGIA

Vamos aos fatos, o nosso primeiro curso superior de formação de professores foi criado em 1935, e era chamado de “a Escola de Professores”, na época fora incorporada à Universidade do Distrito Federal, a recém-criada Faculdade de Educação e que passou a conceder “licença magistral” para àqueles que obtivessem na universidade “licença cultural”. Com a extinção da UDF, em 1939.

É fato que em 1939 o curso de Pedagogia foi regulamentado no Brasil, no caso o Bacharel em Pedagogia o também “técnico em educação” (LIBÂNEO, 2001, p. 38), de acordo com o Decreto-Lei nº 1.190. Segundo Saviani que é considerado uma referência para as escolas de nível superior, teve como bojo o paradigma resultante do Decreto-Lei n.1.190 que se estendeu para todo o Brasil e que compôs o modelo também ora citado neste trabalho o conhecido como “esquema 3+1”, e que foi adotado pela organização dos cursos de licenciatura e em Pedagogia. No passado formava professores bacharéis para atuar nas várias áreas do conhecimento e nas disciplinas dos currículos das escolas secundárias. Já a licenciatura capacitava os licenciados formados para exercer a docência nas escolas normais. Em ambos os casos vigorava o mesmo esquema, isto é, três anos para o estudo das disciplinas específicas e um ano para a formação didática e pedagógica.

O modelo formativo perdeu referência de origem, pois cujo suporte era as escolas experimentais das quais competia fornecer uma base de pesquisa onde se pretendia dar um caráter científico aos processos formativos. Saviani (2007) destaca que, “a formação de professores perde sua referência, mas é a partir do estabelecimento do curso de Pedagogia que poderemos iniciar o processo de construção de identidade do pedagogo de forma mais legítima”.

Com a anexação de seus cursos à Universidade do Brasil a Escola voltava a ser integrada ao Instituto de Educação e tinha em seu bojo o decreto de lei n. 1.190 de 04 de abril de 1.939, tinha em seu parágrafo “que a partir da organização da Faculdade

Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil”, que visava à formação de bacharéis e licenciados para várias áreas, inclusive o setor pedagógico. Esse profissional era formado em 3 anos como bacharel, se decidissem a formação para licenciado e precisavam acrescentar mais um ano de didática, passando a ser conhecido como o esquema 3+1.

O fato era que o curso desde a sua criação formava bacharéis e licenciados em Pedagogia, o que geraria no futuro um descontentamento quanto à remuneração, pois o bacharel era preparado para comandar o aluno em licenciatura. Sendo os 3 anos primeiros anos dedicados às disciplinas de conteúdo, ou seja, para os próprios fundamentos da educação, caracterizando assim o curso de Didática, no 4º ano, este por sua vez era destinado a todos os cursos de licenciatura e contava com as disciplinas: de Didática Geral, Didática Especial, Psicologia Educacional, Administração Escolar, Fundamentos Biológicos da Educação, Fundamentos Sociológicos da Educação.

Nóvoa (1995) explana que; A identidade do Pedagogo está atrelada a do processo de constituição da profissão do professor no país, atrelado a isso ao processo de instalação da escola pública no Brasil, resultando no processo de produção da profissão docente. Portanto entende-se que a base profissional do pedagogo está diretamente ligada à discussão sobre a formação dos professores, que por sua vez os leva ao curso de Pedagogia em nosso país. Ainda segundo o autor,

A profissão docente exerce-se a partir da adesão coletiva (implícita ou explícita) a um conjunto de normas e de valores. No princípio do século XX, este “fundo comum” é alimentado pela crença generalizada nas potencialidades da escola e na sua expansão ao conjunto da sociedade. Os protagonistas deste desígnio são os professores, que vão ser investidos de um importante poder simbólico. A escola e a Instrução encarnam o progresso; os professores são os seus agentes. A época de glória do modelo escolar também é o período de ouro da profissão docente. (NOVÓIA, 1995, p.19)

Nessa ação reação nasce a Faculdade de Filosofia e Letras, responsável pela conquista do curso, ela vai ser um dos pilares da Universidade brasileira, aonde é criado o curso de Pedagogia. A intenção a Priori como todos os cursos das Faculdades de Filosofia Ciências e Letras, seu primeiro objetivo era formar professores para o ensino secundário.

Assim como o curso vai sendo reformulado e acordado com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96 define que todo profissional que trabalha na escola deve ter formação adequada para atuar nas diversas funções, como também especifica nos cursos de Pedagogia e que são os responsáveis por formar esses profissionais.

De acordo com o artigo 63 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação especifica que: A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional.
(BRASIL 1996, p. 26)

Portanto de acordo com a LDB, a formação para atuar nas escolas como coordenador é de responsabilidade das Universidades em nível de graduação em Pedagogia ou especialização. A Instituição tem a responsabilidade de formar esse profissional para atuar nas diversas áreas da educação, sendo ela na educação infantil, nas series iniciais, na coordenação e atendimento aos alunos. Por isso a LDB especifica em seu parágrafo a importância do profissional nas varias áreas do conhecimento educacional, hospitalar e empresarial.

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL DO PEDAGOGO

A importância da construção profissional do se tornar professor que se caracteriza nas concepções de formação e profissionalização, nasce a partir do preparo profissional das Instituições de Ensino superior, lá esse aluno se constrói e se descobre “do ser e se tornar pedagogo”, isso se concretiza a partir das propostas Curricular, das resoluções e das DCNs, assim se construindo enquanto profissionais capacitados a exercerem a sua profissão com excelência, a identidade vai se construindo ao longo da caminhada acadêmica.

Hoje o discente já conta com projetos que auxiliam em sua formação acadêmica, o que não ocorria antes e que ocasionava em problema no enfrentamento de algumas situações problema em sala de aula, pois esse aluno não tinha os estágios antecipados durante o curso, no caso das instituições particulares isso não ocorre, pois não conta com projetos como o PIBID, PIBIC e outros, oferecem aos alunos dos cursos de licenciatura apenas uma formação acadêmica em que predomina o acúmulo de conteúdos disciplinares.

A UESB conta com tais projetos e com cursos de formação inicial e continuada, o que facilita a vivencia docente desde o inicio da Licenciatura. É importante ressaltar que contexto atual em algumas Instituições em que trabalha o magistério tornou-se complexo e diversificado. Na contemporaneidade, a profissão já

não apenas a transmissão do conhecimento acadêmico ou a transformação do conhecimento comum do aluno em um conhecimento acadêmico, mas já incluem na grade seminários, simpósios, cursos de extensão, pesquisa e científica.

A profissão docente exerce outras funções; motivação luta contra a exclusão social, participação, animação de grupos, relação com estruturas sociais, com a comunidade. E é claro que tudo isso requer uma nova formação inicial e permanente (IMBERNÓN, 2006, p. 14).

Isso ocorre exatamente porque essas outras funções que o sujeito passa a assumir na sociedade implicam em uma definição do que é o ser humano e o sujeito contemporâneo e, igualmente na questão da formação educacional e cultural como subsídios essenciais para uma formação profissional, pessoal humano e sujeito.

Portanto o se construir docente só se valida se for precedida de forma dialética, com uma ação reflexiva como uma análise do meio de vida desse homem concreto, a quem se pretende ajudar para que se eduque. Ele como sujeito da educação e com a formação do professor não podia ser diferente.

Portanto para se conhecer esses sujeitos se faz necessário, a coleta de dados através de entrevistas, que pode enriquecer em muito a pesquisa, nesse trabalho fundamentamos a importância do fazer a história oral, pois somente ao ouvirmos o Coordenador no referido curso é que podemos materializar os avanços da história através do tempo, nos confiando às mudanças que se confirmam através de nossas escritas. Pois ao indagarmos o Coordenador sobre os estudantes que buscam a profissionalização acreditaram que tais informações venham de algum modo contribuir de forma positiva para de fato conhecermos a qualidade oferecida por essa instituição de ensino superior.

Verena Alberti (1989) vem nos dizer que a história oral é;

Um método de pesquisa, que privilegia a realização de entrevistas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximarem do objeto de estudo. Trata-se, portanto, de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, etc. (p52)

Por isso se faz pertinente através da história oral, aonde podemos chegar aos fatos vivenciados, cujos conflitos e contradições apenas documentais escritos não validam o revelar dos acontecimentos. Paul Thompson (1992, p. 337) vem dizer que: "A história oral devolve a histórias às pessoas em suas próprias palavras. E ao passo

que damos um passado, ajuda-nos também a caminhar para um futuro construído por elas mesmas".

Ao entrevistarmos um profissional que também foi estudante, podemos evidenciar um estudante em construção identitária que hoje comanda o colegiado da Instituição pesquisada, pudemos com isso analisar as relações que se constroem ao longo do curso de Pedagogia, das relações mútuas pudemos compor com os objetivos definidos na nossa pesquisa, para fazermos um comparativo posteriormente, assim pudemos compreendê-los no passado, legitimando-os ao hoje, cujo processo ainda não acabou impulsionando-nos ao futuro.

MERCADO DE TRABALHO DOCENTE

Esse tópico tem por objetivo buscar a caracterização da atuação destes profissionais, na área de educação. A partir das considerações de Nóvoa (1995), pode-se afirmar que a identidade do profissional está diretamente ligada e atrelada à do processo de constituição da profissão docente no país e assim como ao processo de instalação da escola pública. Sabemos que o processo de produção de uma profissão, no caso à docência, entendida na contemporaneidade como a base da formação profissional do pedagogo: esta idéia explica claramente a relação entre a discussão das 3863 formações de professores e, portanto, do curso de Pedagogia no Brasil. A profissão docente exercida a partir da adesão coletiva (implícita ou explícita) num conjunto de normas e valores. Por isso precisamos entender que no princípio do século XX, este “fundo comum” era alimentado pela crença generalizada nas potencialidades da escola, conseqüentemente em sua expansão ao conjunto da sociedade, tendo como protagonistas deste desígnio “os professores”, que tinham um importante poder simbólico. Nesse enclave a escola e a instrução encarnavam o progresso: os professores são agentes desse processo. “A época de glória do modelo escolar também é o período de ouro da profissão docente” (NÓVOA, 1995, p. 19).

Existem hoje no Brasil cerca de 1,5 milhões de pessoas trabalhando como professores no ensino fundamental. O número de professores vem crescendo ao longo das últimas décadas a uma taxa anual entre 2,5 e 3,0%, o que significa cerca de 40 mil novos postos de trabalho criados a cada ano. O contingente de professores representa

hoje cerca de 1,7% da população adulta brasileira e 2,5% da população adulta ocupada, vale dizer que existe um professor por cada 66 adultos brasileiros e por cada 42 adultos ocupados.

É importante ressaltar que ao longo das últimas décadas estima-se a relativa valorização desta ocupação, que cresceu ligeiramente em 0,2 pontos percentuais tanto entre os adultos como entre os ocupados; porém este crescimento concentrou-se totalmente na década de oitenta. Contudo, os números apresentados até aqui têm um forte viés por gênero, enquanto que mais de 5% do total de mulheres ocupadas trabalham como professoras no ensino fundamental, apenas 0,4% do total de homens ocupados desempenham esta atividade. Em termos absolutos, significa que uma de cada 20 mulheres ocupadas é professora, ao mesmo tempo apenas um de cada 250 homens ocupados trabalha como professor. Podemos assim afirmar que existem mais de 10 professoras para cada professor, indicando um alto grau de feminização da ocupação, uma questão que será tratada em maior profundidade na subseção que aborda este fenômeno.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A remuneração docente da rede pública e privada; um comparativo estadual e municipal x particular

Sobre a remuneração do professor a renda e o salário médio no trabalho principal, assim como em todos os outros trabalhos para os professores do setor público e para uma série de grupos de comparação revela que a remuneração dos professores públicos é inferior à dos professores privados. Pois existe uma grande diferença entre os professores públicos, já que os professores municipais têm uma remuneração bem inferior à dos professores estaduais, fazendo um comparativo entre os professores públicos estaduais e privados foi observado nas leituras bibliográficas que indica que a remuneração mensal dos professores estaduais é maior apesar da remuneração por hora trabalhada ser menor vindo à tona uma revelação que os professores estaduais têm uma jornada de trabalho mais longa.

Os dados também revelam ainda que a remuneração, tanto mensal como por hora trabalhada, é maior para os professores públicos do que para o trabalhador médio no setor privado, embora o professor da rede pública trabalhe mais que o da rede privada, um resultado certamente decorrente do fato dos professores serem em média,

muito mais escolarizados do que um típico trabalhador brasileiro no setor privado. O mesmo resultado é válido quando se comparam os professores públicos municipais com o trabalhador médio no setor privado.

É preciso entender a dinâmica atual do nosso país, a qualidade dos postos de trabalho para professores públicos variam segundo a região do país, ou seja, como estamos na região da Bahia, vamos falar dos salários do professor baiano, a atual conjuntura nos dá uma base sobre as mais variadas formas de valorização em nossa região, tanto no que tange as condições do mercado de trabalho local quanto às possibilidades financeiras dos diversos estados e municípios, sabemos que elas são distintas. As diferenças de remuneração variam entre as regiões do Brasil e, também, de acordo com o porte do município.

O governo Estadual é quem define valores e subseqüentes salários, que variam conforme a qualidade relativa dos postos de trabalho dos professores públicos, que se transforma ao longo do seu ciclo de vida e, também com o seu grau de qualificação. Pesquisas do INEP (2003) dizem que “O Censo da Educação Superior 2013 aponta que 37% dos docentes das Universidades públicas e privadas possuem Mestrado e Doutorado”. Esse percentual era de 52% em 2003. Além disso, segundo o Inep (Instituto Nacional de Estudos Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), o regime de dedicação exclusiva é a forma de trabalho de 90% dos professores de Universidades federais na Bahia, enquanto que na rede privada esse percentual cai para apenas 30%. (Estes dados são do censo da Educação Superior é divulgado anualmente pelo Inep. Os dados são coletados a partir do preenchimento de questionários por parte da IES (Instituições de Ensino Superior)).

DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Art. 61

As qualificações profissionais, objetivando o aprimoramento permanente do ensino e a progressão na carreira será assegurada através de cursos de formação, aperfeiçoamento ou especialização, em instituições credenciadas, de programas de aperfeiçoamento em serviço e de outras atividades de atualização profissional, observados os programas prioritários, em especial o de habilitação dos professores não licenciados.

Art. 62

A licença para qualificação profissional consiste no afastamento do professor ou pedagogo de suas funções, sem prejuízo dos vencimentos e vantagens, computado o tempo de afastamento para todos os fins de direito, devendo ter substituto enquanto perdurar o afastamento, e será concedida: I – para freqüência a cursos de atualização e aperfeiçoamento, em conformidade com a Política Educacional ou com o Plano de Desenvolvimento Estratégico do Sistema Municipal de Educação; II - para a freqüência a curso de graduação e pós-graduação, (aperfeiçoamento, especialização, mestrado ou doutorado); III - para realizar estágio no País ou no exterior, na área de atuação do profissional, de acordo com os interesses do Sistema Municipal de Educação; IV - participar de congressos e outras reuniões de natureza científica, cultural técnica, ou sindical, inerente às funções desempenhadas pelo Profissional da Educação.

Art. 63

Os professores e demais servidores que exerçam atividade de suporte pedagógico direto à docência devidamente matriculados em cursos de pós-graduação em nível de especialização, mestrado ou doutorado, que tenham correlação com a sua formação profissional ou com as atribuições definidas para o cargo que ocupa, serão liberados das atividades educacionais ou técnicas, parcial ou integral, sem prejuízo do seu vencimento e vantagens de caráter permanente, devendo ter substitutos enquanto perdurar seu afastamento.

Sobre o Parecer 251/62, relatado pelo Cons. Valnir Chagas introduz algumas alterações curriculares no Curso de Pedagogia, são elas;

Foi aprovado e homologado pelo então ministro da Educação Darcy Ribeiro. Neste Parecer o relator aponta a necessidade do professor primário vir a ser formado em ensino superior. Ele fixa um currículo mínimo do curso de Pedagogia bem como sua duração. Haveria uma base comum com posterior formação diferenciada. O especialista poderia coexistir em todo e qualquer professor, desde que tivesse experiência de ensino em qualquer área de conteúdo. O Parecer 283/62 do CFE propõe a idéia de polivalência. O Parecer 292/62 do CFE também de autoria de Valnir Chagas regulamenta os cursos de licenciatura na tentativa de superar a dicotomia.

Antecedendo a própria reforma do ensino superior de 1968, o decreto-lei 53 de 1966 trazia como novidade, a fragmentação das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras e a criação de uma unidade voltada para a formação de professores para o ensino secundário e de especialistas em educação: a Faculdade de Educação. A Lei n. 5.540/68 define os especialistas que atuariam nos sistemas de ensino nas funções de Administração, Planejamento, Inspeção, Supervisão e Orientação.

O curso de Pedagogia, sob a Reforma Universitária, será retomado pelo Parecer n.252/69 de 11/4/69 de Valnir Chagas. Este parecer institui no curso, segundo a idéia de polivalência, a parte comum necessária a todo e qualquer profissional da área e outra parte diversificada em função de habilitações específicas que também poderiam ser mais bem trabalhadas na especialização, com exceção do Planejamento que seria uma habilitação própria do Mestrado. Do Pedagogo exige-se experiência de magistério e os licenciados de outras áreas, mediante complementação de estudos, poderiam ter habilitação pedagógica.

Neste parecer, o relator assinala que todo professor, sendo antes de tudo um educador, não pode ser um "tarefeiro" de "dar aulas" como um autômato. Por isso, a formação deve integrar no processo educativo a dimensão integral do aluno, os conhecimentos da matéria e os métodos apropriados. Assim, o licenciando deve se familiarizar com métodos e com as peculiaridades do aluno, sujeito principal do aprender desde logo. Dentro do currículo mínimo então obrigatório, o relator sugere um modo de concomitância interativa entre matéria de conhecimento e aspectos pedagógicos associados ao longo de todo o curso.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O curso de pedagogia segundo a visão do coordenador do Colegiado da UESB sobre a qualidade e os avanços durante todo o processo até os dias atuais, a educação é dinâmica e o profissional dessa área a todo o momento precisa adequar-se às novas exigências da legislação. Quando uma nova demanda ocorre o coordenador pedagógico é o primeiro que precisa estar em formação para poder fazer com que a

escola e a equipe que ele coordena tenham condições de suprir essas demandas no campo educacional, por isso a formação para a coordenação dentro do curso de Pedagogia é essencial, porque a educação não acontece somente na sala de aula, ela perpassa pelas políticas públicas e a gestão, e o aluno precisa estar preparado para essa realidade.

Para Libâneo

O curso de Pedagogia constitui a formação inicial do pedagogo no Brasil, deve formar um profissional qualificado para atuar em vários campos que envolvam conhecimentos pedagógicos. Desse modo, este profissional deve ser capaz de atender às demandas socioeducativas decorrentes das transformações que ocorrem na sociedade. Essas demandas estão no convívio do pedagogo e a Universidade tem essa função: formá-lo para atuar numa sociedade complexa e cheia de desafios. (2007, P.47)

É preciso olhar a escola como mediadora do processo educacional e como elemento formador dos sujeitos de sua história e da história do seu entorno. Pois ela tem a função de incorporar o patrimônio sócio/cultural da humanidade; e o (re) construir do saber historicamente acumulado, apropriando-se do saber produzido e acumulado pela humanidade. Compreender a Escola e legitimar que ela possui duplo papel, ou seja, “de formar não somente os indivíduos para o mercado de trabalho, mas também uma cultura que, vem por sua vez, penetrar, auxiliar e modificar a cultura da sociedade para atuarem nessa Formação”. Buss (2008, p. 9):

Encarar o discente como um agente em construção que enfrenta muitos desafios até concluir o curso que o possibilitará ter uma melhor formação humana que o prepare para uma docência comprometida com a educação dos seus alunos, uma formação acadêmica e técnica, o preparando tanto para o mercado de trabalho quanto para a sua formação profissional, capacitando-os para poder capacitar outros profissionais.

A partir do processo de redemocratização do país, iniciado na década de 1980, a Escola passou por muitas mudanças, sobretudo, do ponto de vista administrativo, tendo em vista que a escola “define-se como unidade social que reúne pessoas que interagem entre si, intencionalmente, operando por meio de estruturas e de processos organizativos próprios, a fim de alcançar objetivos educacionais”. Libâneo (2007, p. 316).

É pensar na Constituição de 1988 e a LDB de 1996, como processo importante nessa transição e que determinam a autonomia da escola no sentido de elaborar sua própria proposta didático/pedagógica, tanto no que tange o organizar quanto o administrar sua estrutura e funcionamento. E só a partir daí, construir várias concepções de administração que consolidar-se-iam no ambiente escolar, enfatizando a mudança do termo administração para o de gestão escolar, entendendo assim, uma conotação de maior participação dos envolvidos no processo educacional escolar. Assim, segundo Libâneo (op.cit. p. 323): “a organização e os processos de gestão assumem diferentes modalidades, conforme a concepção que se tenha das finalidades sociais e políticas da educação em relação à sociedade e à formação dos alunos”.

Entende-se que para essa capacitação ser adequada, o estudante de Pedagogia necessita de condições para formar-se e ser um bom profissional. Uma demanda de muito tempo dentro do curso de Pedagogia seria a construção de um colégio para auxiliar na formação do Pedagogo, sobre essa questão foi feita a seguinte pergunta ao coordenador: o curso de pedagogia já pensou em ter um colégio de aplicação próprio para os estágios dos futuros professores, ou seja, um colégio piloto? Essa foi a resposta do Coordenador do Colegiado da UESB,

Essa discussão é uma discussão antiga, já se teve diversas conversas no passado, inclusive com a DIREC, secretaria estadual de educação da possibilidade da cessão de uma escola, e essa escola né/? Já temos parceria com município e com a DIREC, mas é uma parceria que a gente realiza estágio, realizam os trabalhos pesquisa e extensão, essa idéia já se ventilou, mas não foi concretizada né/? O que de fato temos hoje são as parcerias de fazer ensino, pesquisa, extensão, estágio supervisionado nas escolas né/? Trabalhar com formação continuada todos os professores, trabalham com parceria com a rede nos nossos projetos de pesquisa, extensão do PIBID, nós temos o PARFOR, nós temos uma série de elementos que faz que aproxime o curso de Pedagogia com a educação básica do município, e recentemente exatamente agora em maio de 2016 seria importante até você se apropriar dessa resolução foi publicada né/?, o governo do estado elaborou o decreto estadual 16.718 agora de maio de 2016 o governo do estado da Bahia e secretaria de educação está com proposta e educação dos complexos integrado de educação, é quase isso que você questiona, como é que a universidade vai levar melhor o conhecimento que está sendo produzido para as escolas , seria tipo em Itapetinga, constituir um complexo integrado que envolva as escolas e seria a escola piloto, então nossa expectativa já que agora tem um decreto já que não se sabe como será isso, mas nossa expectativa é que isso viabilize de fato e a gente efetive trabalho a escola piloto que é uma demanda que todos os professores, entendemos ser positiva para o curso e formação dos jovens e adultos do município.(Entrevista,)

Essa discussão é antiga no curso de Pedagogia, dessa escola piloto, no entanto a Universidade ainda não propiciou no Campus de Itapetinga, mas em outros já é uma realidade. As parcerias são importantes e elas têm ajudado a qualificar todos os alunos do curso de Pedagogia. São importantes, porque a secretaria de educação municipal e estadual ajuda disponibilizando as escolas para os estágios e programas que a Universidade oferta. O aluno do curso de Pedagogia, além de realizar estágios, participar de programas, no final do curso ele necessita desenvolver seu trabalho monográfico, o que garante completar os estudos. Enfim segundo as informações do Coordenador a Instituição contribui em muito na formação do pedagogo. A UESB implantou o curso de Pedagogia no Município de Itapetinga-BA, na época as turmas não recebiam uma formação no curso de graduação e era necessário que depois da conclusão do curso de Pedagogia fizesse uma complementação para se qualificar para a gestão e coordenação, hoje mudou bastante, pois as novas grades curriculares já contemplam disciplinas como Gestão na Educação e Didática I e II que preparam os futuros professores para atuarem em outras áreas fora da sala de aula, no caso na Gestão e na Coordenação, legitimando-os para uma formação nas varias áreas aqui debatidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em todo o processo de desenvolvimento do trabalho pode-se notar as diversas mudanças na estruturação e reestruturação do sistema de ensino para a formação “magistral” técnica para atender mais rápido a demanda do mercado de trabalho nas salas de aula, sob a supervisão administrativa do curso.

Com a implantação do curso de Pedagogia na UESB de Itapetinga-Ba, passou-se área de formação no curso de graduação fazendo-se necessário depois da conclusão do mesmo uma complementação para se qualificar para a gestão e coordenação. São processos e mudanças que adentraram o currículo das universidades brasileiras tornando base para a estruturação da formação acadêmica atual para um profissional atuante nas séries iniciais do ensino fundamental e da gestão escolar.

Logo a grade curricular da Universidade Estadual do Sudoeste de Ensino (UESB) responde em parte a são formados pedagogos em 8 semestres, com 3 estágios

em sala de aula em escolas primárias da rede pública brasileira, sendo – 1 em Educação Infantil e 2 no Ensino fundamental e 1 na área da gestão Educacional.

Além dos estágios, são disponibilizados Programas governamentais dentre eles o programa de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) que serve de incentivo para o graduando obter experiência em sala de aula antes do estágio e da sua formação acadêmica. Não se esquecendo de citar sobre os incentivos de permanência no curso através do Programa de Atendimento ao estudante PRAE complementados com cursos de extensão de formação de professores.

Nos trâmites da formação profissional do Pedagogo baseados nas Diretrizes Curriculares está à responsabilidade de formar um profissional participativo no contexto da relação administrativa das Políticas públicas e da gestão democrática da escola, ouvindo a opinião dos colegas de trabalho e se permitindo ouvir na qual contribui para a estruturação positiva da gestão de processos educativos e na organização e funcionamento de sistemas e instituições de ensino. A reestruturação e reformulação do sistema de ensino convêm à preparação dos professores em cursos de formação inicial e continuada garantindo assim à educação para a cidadania, contribuindo para a formação de cidadãos críticos, reflexivos, responsáveis, éticos e comprometidos uns com os outros cidadãos, enfim contribuintes para o desenvolvimento do país.

REFERENCIAS

BRASIL MEC/ CNE. Resolução CNE/CP 1/2006. Institui **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura.**

BRZEZINSKI Iria. **Pedagogia, pedagogos e formação de professores.** Campinas. Papirus, 1996.

FORMAÇÃO DO EDUCADOR: **a busca da identidade do curso de Pedagogia.** Brasília: INEP, 1987.

LIBANÊO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: Teoria e Prática.** Goiás: Alternativa, 1996.

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral.** 3º Ed. Rio de Janeiro. FGV, 2005.

NÓVOA, Antônio. **O passado e o presente dos professores.** In: NÓVOA, A. (Coord.). Profissão professor. Porto: Editora Porto, 1995

IMBERNÓN, Francisco. **Formação Docente e Profissional.** São Paulo: Cortez, 2006.

TANURI, L. M. **História da formação de professores.** Revista Brasileira de Educação, 14, p. 61-88, mai./jun./jul./ago. 2000.

DIAS-DA-SILVA, M. H. G. F. **Saber docente: contingências culturais, experienciais, psicossociais e formação.** In: Anped, 20ª, 1997, Caxambu. Anais... Resumos, 1997. P.54-9.

Formar professores como profissionais reflexivos In: NÓVOA, (Org.). **Os professores e a sua formação.** Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1992. p.93-115.

SILVA, M. da. **O habitus professoral: o objeto dos estudos sobre o ato de ensinar na sala de aula.** Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro, n.29, p.152-163, maio/ago. 2005.

THOMPSON, E. P. **Miséria e teoria: ou um planetário de erros.** Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia: o espaço da educação na universidade.** Cad. Pesqui. , São Paulo, v. 37, n. 130, 2007.

LIBANELO, José Carlos. **Pedagogia e Pedagogos, Para Quê?** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

LIBANELO, José Carlos. **Diretrizes curriculares da pedagogia: imprecisões teóricas e concepção estreita da formação profissional de educadores.** Educ. Soc.

LIBANELO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. **Educação Escolar: Políticas, Estrutura e Organização.** São Paulo: Cortez, 2003. p.59-106.

LIBANELO, José Carlos et. al. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização.** Coleção Docência em Formação. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2007. P. 47- 316- 323.

BUSS, Rosinete Bloemer Pickler. **Gestão Escolar: cadernos de estudos.** Indaial: Ed. ASSELVI, 2008

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia,** 2006. Disponível em: Acesso em: 16 jun. 2016.